

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: diversidade no contexto escolar

Andrei Grijó Chagas Neto¹

Tatiana Brandino dos Santos²

Violação de direitos e estratégias para sua superação

Resumo: Este estudo busca mostrar como foi desenvolvido o projeto Escola Promotora de Direitos Humanos, que como uma ação de política social de promoção de uma cultura de valorização dos direitos humanos, proporcionou aos alunos, profissionais, pais e responsáveis dos alunos, uma curso de formação em Direitos Humanos.

Palavras Chave: Educação; Direitos Humanos; Diversidade; Função social da escola.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (SEMCID), por meio da Gerência de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (GPPDDH), nos últimos anos procura em seus programas e projetos discutir e problematizar as temáticas étnico-raciais, de gênero e sexualidades, com a finalidade de consolidar uma cultura de igualdade e de cidadania que fortaleça a concepção de um cidadão de direito e respeito à diversidade, em diversas esferas sociais, pois consideramos que essa é de extrema importância e relevância para sociedade. A escola, como instituição social, exerce um papel importante na discussão dessas temáticas e no desenvolvimento de projetos que contribuam para a inclusão social e para superação de desigualdades sociais.

O fato ocorrido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rita de Cássia Oliveira, com um aluno de 12 anos, do 7º ano do ensino fundamental (antiga 6ª série) do turno matutino, que cometeu suicídio por, como atesta a família à mídia, ser vítima de violência psicológica na escola, tornou-se o disparador para que a Gerência de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, articulada com a Secretária e Municipal de Educação (SEME), realizasse, na data inicial de 19 de abril do ano de 2012, um

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Estagiário da Prefeitura Municipal de Vitória. Lotado na Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, na Gerência de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. E-mail: agcneto@correio1.vitoria.es.gov.br Telefone: (27) 3382-6692; link plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8155716594423174>

² Graduada em Serviço Social pela EMESCAM - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Vitória. Lotada na Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, Gerência de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. E-mail: tbsantos@correio1.vitoria.es.gov.br Telefone: (27) 3382-6693; (27) 9955-0155

programa de atuação imediata nessa escola, intitulado Escola Promotora dos Direitos Humanos, cujo objetivo é realizar oficinas de discussão e reflexão, com alunos do 5º a 9º ano e responsáveis, professores e corpo técnico da EMEF Rita de Cássia Oliveira, acerca do respeito e valorização da diversidade, colaborando assim para o enfretamento da violência na escola.

Este artigo tem como objetivo apresentar como é realizado o projeto Escola Promotora dos Direitos Humanos, bem como é desenvolvida a reflexão com alunos, com os responsáveis e com profissionais do ensino, também pretende analisar os resultados que as oficinas produziram nas práticas dos sujeitos envolvidos.

CAPÍTULO I

O contexto do projeto Escola Promotora dos Direitos Humanos

A SEMCID desenvolve várias articulações visando proteger e reparar violações de direitos humanos que acontecem no cotidiano dos cidadãos de Vitória, bem como tentando proporcionar condições de fortalecimento dos processos de exercício da cidadania. Com esse intuito a Secretaria promove os seguintes eixos de ações: I – Educação em Direitos Humanos para membros da comunidade, conselheiros municipais e agentes públicos; II – Participação e controle social das políticas referidas ao direito da mulher e da população negra, dos direitos humanos e do fundo do PROCON; III – Acesso à Justiça: juizados especiais: civil e criminal, defensoria pública e orientação jurídica; IV – Mediação de Conflitos, na área da família, e por membros da comunidade no Núcleo de Justiça Comunitária; V – Acesso à documentação civil básica; VI – Atenção à vítimas de violência: doméstica, discriminação racial, homofobia. VII – Observatório dos direitos humanos e da segurança cidadã. Dentre outras atividades a Gerência de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos desenvolve o Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH), para membros da comunidade; agentes públicos e conselheiros municipais visando a construção e o fortalecimento de uma cultura de valorização da diversidade e exercício da cidadania. Essas ações são orientam-se pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, seguindo os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), fundamentando-se também na lei municipal 5.456/2002, que autoriza o poder executivo a incluir o ensino dos direitos humanos em escolas da rede municipal.

O projeto Escola Promotora dos Direitos Humanos acontece devido a uma articulação entre a SEMCID e a SEME, envolvendo a GPPDDH, bem como as Gerências de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GPPIR) e de Políticas de Gênero (GPG), o mês de fevereiro de 2012 a EMEF Rita de Cássia ficou em evidência devido ao suicídio de um aluno de 12 anos, que cursava o 7º ano do ensino fundamental na escola. Na situação a imprensa noticiou que o aluno em questão sofria violência psicológica, popularmente hoje conhecida como Bullying, na escola.

Ao confrontarmos os discursos hegemônicos reproduzidos pelas instituições sociais, então também pela escola, no que tange: as relações étnico-raciais, a diversidade sexual e as relações de gênero; percebemos como essas temáticas precisam ser refletidas na formação dos profissionais que atuam nas escolas, bem como com os alunos e as responsáveis pelos alunos, para que com as discussões e estudo dos temas centrais que envolvem a questão da diversidade humana seja possível valorizá-la.

Buscando o direito a uma educação inclusiva e de qualidade, a promoção de uma sociedade democrática e solidária no ambiente escolar, onde a diversidade humana possa ser reconhecida e valorizada que a SEMCID e a SEME, por meio da EMEF Rita de Cássia Oliveira desenvolvem o projeto Escola Promotora dos Direitos Humanos. Vendo que assim justifica-se o projeto que reúne ações desenvolvidas na escola, considerando as violações de direitos e a necessidade de uma nova perspectiva de atuação das políticas públicas.

O projeto em questão se divide em três eixos de ação que acontecem simultaneamente, o 3º eixo envolveu a formação dos profissionais de educação da escola por oficinas de Direitos Humanos e Cidadania; Relações de Gênero; Diversidade Sexual e prevenção da Homofobia na Escola; Relações Étnico-Raciais; Prevenção da Violência Doméstica; Mediação de Conflitos; Diversidade Religiosa. Visando contribuir na formação dos profissionais para uma cultura de respeito e valorização das diferenças e enfrentamento a discriminação e a violência seja racista, homofóbica ou sexista.

As oficinas realizadas pelos profissionais da SEMCID, das áreas de Gênero, Sexualidade, Direitos Humanos, das relações Étnico-raciais, por psicólogos, antropólogos, sociólogos, assistentes sociais, pedagogos, levaram aos cursistas uma nova dimensão no debate sobre os novos modos de viver no mundo contemporâneo, como nos últimos anos houve mudanças nas formas dos homens e mulheres manifestarem seus anseios, sua sociabilidade, formas de amar, de se identificar, e como é nessa diversidade de formas e jeitos que os seres humanos se constituem.

O curso é organizado em três eixos de ação: I – Diálogos sobre Educação e Diversidade; II – Educação em Direitos Humanos para Estudantes; III – Educação em Direitos Humanos para profissionais da EMEF em questão. Tendo respectivamente como público alvo os pais e responsáveis pelos alunos da instituição, os próprios alunos e os demais profissionais que atuam na escola.

O primeiro eixo foi realizado com um diálogo com os pais e responsáveis pelos alunos da referida instituição, contando com a mediação de Perly Cipriano – Sub Secretário de Estado dos Direitos Humanos – e João José Barbosa Sana – Secretário de Cidadania e Direitos Humanos do município de Vitória. A reflexão proposta acerca da diversidade buscava conscientização também dos pais dos alunos para a contribuição no combate à discriminação e outros tipos de violências aos direitos humanos, acreditando que a educação não é somente responsabilidade da escola, mas está presente em todas as instâncias sociais. O segundo eixo realizou sete oficinas com estudantes de 5º a 9º, para dezessete turmas, com carga horária de 1h30min, totalizando 9h30min de carga horária de oficina para cada turma. O terceiro eixo de ação ficou encarregado da educação em direitos humanos voltada para os profissionais da escola, com oficinas realizadas na escola em horário de trabalho, pela manhã ocorriam de 10:30 às 12:00, e à tarde das 16:30 às 18:00, da mesma forma que as oficinas dos estudantes essas tiveram 1h30min em cada oficina, e 9h30min de carga horária para cada turma.

O contexto da EMEF Rita de Cássia Oliveira

A EMEF Rita de Cássia Oliveira foi inaugurada em março de 2002, e iniciou o funcionamento em 14 de fevereiro do mesmo ano. Está localizado na Rua São Sebastião, sem número, no bairro Resistência, em Vitória, estado do Espírito Santo. A escola tem 13 salas de aulas, possui um laboratório de informática, um laboratório pedagógico que atende os casos de alunos portadores de necessidades educativas especiais e altas habilidades, há sala para laboratório de ciências e sala de artes, dois banheiros com sanitário e chuveiros, cantina, sala de educação física, uma biblioteca, secretaria com sala de arquivo, duas salas de coordenação, uma da direção, sala dos pedagogos, sala de professores, uma quadra poliesportiva, um campo de areia, pátio interno coberto, estacionamento, e dois portões dão acesso à escola. As salas de aula são utilizadas atualmente por, aproximadamente, 800 alunos distribuídos nas séries de 1ª a 8ª, sendo que em cada turno são atendidos, aproximadamente, 400 alunos.

A maioria dos alunos são moradores do bairro Resistência, embora exista uma parcela que mora nos bairros vizinhos como São Pedro 3, Conquista ou Nova Palestina. Observa-se, entre os alunos, que a maioria frequenta igrejas católicas e evangélicas, mesmo existindo outros alunos que declaram não possuir nenhum tipo de crença religiosa. A média salarial das famílias gira em torno de até duzentos reais, todavia aparecem, em alguns casos, rendas de até oitocentos reais por mês.

Como dito anteriormente a escola localiza-se no bairro Resistência, uma área que possui um histórico de povoamento caracterizado por sistema de ocupação desordenado do espaço físico em uma área de manguezal, a qual era destinada ao depósito de lixo da Grande Vitória. O bairro é cortado pela rodovia Serafim Derenzi possuindo desta maneira, uma área na parte baixa e outra na parte de cima de um morro, compõem-se em sua maioria por pessoas com renda familiar baixa. As casas são de blocos de cimento ou de madeira, com um ou dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As ruas são asfaltadas e possuem água, luz e esgoto por todo o bairro.

CAPÍTULO II

Reflexão Teórica

Para a discussão proposta devemos elucidar alguns conceitos. O primeiro deles precisa ser a noção de cultura, pois é por ela que os corpos, gêneros, sexualidade, raça, entre outros são significados.

Durante o século XIX as reflexões sobre o homem e a sociedade dão espaço à sociologia e etnologia no campo científico, a etnologia tenta dar uma resposta objetiva à questão da diversidade humana, tendo como dificuldade pensar a diversidade na unidade do homem. A primeira definição etnológica de cultura parte de Edward Burnett Tylor, antropólogo britânico nascido em 1832.

“Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (TYLOR, 1871, p. 1).

Após essa definição o conceito de cultura passou por inúmeras modificações. Roque de Barros Laraia, antropólogo brasileiro nascido em Minas Gerais em 1959, nos elucida as diversas compreensões antropológicas de cultura em seu segundo livro, lançado em

1986, *Cultura: um conceito antropológico*. As “culturas são sistemas de padrões de comportamento que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. (...)”. E mostra como se subdividem as abordagens sobre a cultura em: I - a cultura com um sistema cognitivo. Neste sentido, “cultura é um sistema de conhecimento; consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade.”; II - a cultura como sistemas estruturais, definindo-a como “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana”; III – a cultura como sistemas simbólicos. Onde a “cultura deve ser considerada não um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle (...) para governar o comportamento”.

Do conceito que norteia o trabalho destaco a definição de Clifford Geertz, expoente antropólogo interpretativista norte americano, que traz a seguinte definição:

“O conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (GEERTZ, 1973, p.15)

É de extrema relevância para este artigo mostrar que os significados, produtos das diversas instâncias sociais, “organizam e regulam as práticas sociais, influenciam nossas condutas e, conseqüentemente, têm efeitos reais, práticos” (HALL, 1997, p.3). E é por meio dos processos culturais que as identidades se definem não homogêneas, nem unificadas ou definidos, mas instáveis e inacabadas.

No contexto da discussão cabe referir o que entendemos por gênero. O conceito é elaborado, por meados dos anos 70 com a finalidade de “ênfatar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, p.72), em oposição ao determinismo biológico presente no termo sexo.

Apesar dos diversos usos que a palavra gênero teve durante a história, seu significado sociológico refere-se às ideias culturais, e por isso a necessidade de deixar claro o que pensamos como cultura, que constroem imagens e expectativas sobre machos e fêmeas. O gênero é em geral definido em torno das ideias sobre traços de personalidade, masculina e feminina, e por tendências de comportamento, tomadas como traços e tendências que constituem a masculinidade e a feminilidade. O sexo se limitaria a diferenças biológicas, como a função reprodutiva, pelos no corpo e desenvolvimento de seios.

Ainda o conceito de gênero é utilizado por diversas áreas do conhecimento, no pensamento antropológico a questão envolve a criação simbólica do sexo, o modelo de masculino e feminino é compreendido como próprios de cada cultura. A psicologia compreende o conceito de identidade de gênero, que remete ao modo que o sujeito vive o gênero que sente que pertence. No contexto da psicanálise Freud faz a seguinte reflexão a respeito do gênero, mesmo que em sua teoria o conceito não apareça como a tradução de gênero. Em linhas gerais a criança mergulhada no universo cultural de sua sociedade desde os primeiros momentos de nascida observa, e vai constatando, que os indivíduos que existem ao redor dela usam vestimentas diferentes, realizam ações determinadas, ou não realizam e aprendem coisas diferentes. Ou seja, na perspectiva freudiana, a identificação de “gênero” se faz sem considerar o órgão sexual, mas se baseia na diferenciação, desde o momento do nascimento, de pai e mãe.

Vale ressaltar que diversas teóricas feministas francesas não utilizam o conceito de gênero, mas sim a categoria relações social de sexo. O motivo de elucidarmos o conceito de gênero é que da mesma forma que este é da ordem cultural a representação que se faz dos outros conceitos trabalhados, como raça/cor, sexualidade, homofobia, entre outros, pertencem a essa esfera de interpretação.

“A finalidade maior da EDH, portanto, é a de atuar na formação da pessoa em todas as suas dimensões a fim de contribuir ao desenvolvimento de sua condição de cidadão e cidadã, ativos na luta por seus direitos, no cumprimento de seus deveres e na fomentação de sua humanidade. Dessa forma, uma pessoa que goza de uma educação nesse âmbito, é capaz de atuar frente as injustiças e desigualdades, reconhecendo-se como sujeito autônomo e, ademais, reconhecendo o outro com iguais direitos, dentro dos preceitos de diversidade e tolerância, valorizando assim a convivência harmoniosa, o respeito mútuo e a solidariedade.” (TAVARES, p.488-489)

O projeto Escola Promotora dos Direitos Humanos é uma política de direitos humanos, que vem atender a demanda do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

A educação em direitos humanos se justifica, pois se configura como um espaço onde os indivíduos são provocados a se reconhecerem e ao outros como cidadãos de direitos, se manifestando como um ambiente de promoção do estado democrático. A concepção de direitos humanos que é hoje utilizada em discussões teóricas e de âmbito institucional, e no projeto apresentado Escola Promotora de Direitos Humanos, os concebe comuns a todos a partir da premissa do direito à vida, sem distinção por localidade, fenótipos, etnia, sexo, orientação sexual, faixa etária, nível de escolaridade, classe social, e entre

outros fatores (como julgamento moral). São os direitos que vão de encontro a dignidade humana. Os direitos humanos se caracterizam por ser uma categoria universal, natural e histórica, visto que passa por modificações de acordo com o tempo..

“O processo de elaboração do PNEDH teve início em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) (...). A primeira versão do PNEDH foi lançada pelo MEC e a SEDH (...), para orientar a implementação de políticas de promoção dos direitos humanos. (...). A estrutura do documento atual estabelece concepções, princípios objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia. O projeto Escola Promotora de Cidadania se configura no eixo de educação não formal.” (PNEDH, 2008, p. 12-13)

“A educação não-formal em direitos humanos orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de (...) formação crítica. (...) Os espaços das atividades de educação não-formal distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo as ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não-governamentais até as do setor de educação e da cultura. (...) tendo a cidadania democrática como foco central.” (PNEDH, 2008, p. 43)

Para a efetivação dos direitos humanos todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade de promoção da igualdade e na valorização da diversidade.

CAPÍTULO III

Descrição

O primeiro eixo de ação do projeto ocorreu no dia 19 de abril às 19h na referida EMEF, com os “Diálogos sobre Educação e Diversidade, que buscava aprofundar as discussões contemporâneas sobre diversidade, visando refletir com os profissionais a necessidade de reconhecimento do outro, de forma que pudesse contribuir para a formação dos profissionais, pais e responsáveis na formação sobre a pluralidade. O palestrante Perly Cipriano, Subsecretário de Estado de Direitos Humanos, focou sua discussão na dignidade humana, o atual secretário de Direitos Humanos e Cidadania do município de Vitória, João José Barbosa Sana, deu ênfase na questão da construção de uma cultura de paz ressaltando a política de direitos humanos, baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que pressupõe estes como universais, indivisíveis e interdependentes.

O evento contou com 69 participantes, sendo dez representantes do poder público municipal, dois representantes de organizações civis (igreja evangélica), quinze membros da comunidade, um representante do conselho estadual dos direitos humanos e quarenta e um profissionais da rede de ensino municipal.

O segundo eixo de ação, educação em direitos humanos para os estudantes, ocorreu em simultaneidade ao terceiro eixo que tem como público-alvo os profissionais da escola. Apesar de o primeiro eixo ter iniciado antes.

O eixo que conta com as oficinas em direitos humanos para os alunos foi dividido em 5 ciclos, com turnos matutino e vespertino cada um. Tendo início no dia 07 do mês de maio e terminou em 26 de Setembro.

O primeiro ciclo, com início no dia 07/05 e término 16/05, abrangeu na parte da manhã o nono (turma A) e o sexto (turma A) ano do ensino fundamental. E no turno vespertino o sexto ano D e E. No segundo ciclo, iniciado em 18/06 e concluído em 27/06, a parte da manhã ficou com o sexto ano C e sétimo ano A. E no turno da tarde o sétimo C e D. O terceiro ciclo, teve início em 18/07 e término 30/07, contando com o sétimo ano B e sexto ano B pela manhã, e a tarde o oitavo ano C e nono ano B. Já o quarto ciclo iniciou-se em 13/08 e terminou em 29/08, tendo como público matutino os oitavos anos A e B, e vespertino os quintos ano C e B. O quinto ciclo acontecerá somente no período da manhã, entre 17/09 a 26/09, contemplando o quinto ano, turma A.

O encerramento do projeto ocorrerá em 23 e 25 de outubro, no auditório da SEMCID, somente para os alunos, onde eles farão uma apresentação, em forma de dramaturgia, sobre as temáticas abordadas nas oficinas.

O cronograma do terceiro eixo de ação teve início em 15 de agosto e término previsto para o dia 25 de novembro. As oficinas de formação para os professores e profissionais da escola ocorreram sempre no turno vespertino, visto que os profissionais da manhã se recusaram a participar do projeto, alegando que a escola já tinha um cronograma de atividade, e que não poderiam participar dessas ações.

Ao final de cada oficina e cada ciclo os facilitadores responsáveis por ministrar e dinamizar as oficinas produziam relatórios de avaliação e do desenvolvimento das atividades.

RESULTADOS DOS ALUNOS

Em anexo segue o questionário utilizado para mapear os resultados do projeto.

No primeiro ciclo de oficinas para os alunos, de acordo com as respostas, a maioria considerou as oficinas importantes, com exceção de poucos casos que relatava não se importarem com o conteúdo das oficinas de Diversidade e Equidade de Gênero e Diversidade Sexual. Com o relato dos alunos foi possível perceber então que houve mudanças na maneira de pensar as questões abordadas como mostra em relato um aluno do sexto ano: “Me acalmei e parei de falar coisas que humilham as pessoas”. Ou mesmo outro relato de outro aluno, do nono ano, “Eu parei de zoar as pessoas, pois agora entendo sobre LGBT”, “Mais ou menos que eu parei de bater em minhas irmãs” “sempre estivesse isso nas escolas públicas”.

No segundo ciclo de oficinas para alunos, de acordo com as resposta do questionário os alunos do sétimo ano, a maioria considerou importante os temas abordados, o que pode ser identificado em seus relatos: “Que teve gente que parou de besteira comigo”, ou como relatou outro aluno, “Antes eu não gostava de homossexuais agora mais ou menos”.

Decorrentes desse ciclo ainda continuam depoimentos de alunos que aprenderam “a respeitar varias coisas denunciar a violência contra as mulheres”, “as diferenças entre as pessoas”, depois das oficinas “eu respeito mais as pessoas”, tiveram acesso a informações, como afirmou um aluna: “a atenção às vítimas de violência de gênero e domestica racial e homofóbica.”.

No terceiro ciclo de palestra de oficinas para alunos a aceitação das temáticas foi relativa, principalmente no âmbito da diversidade sexual e religiosa. Observamos que isso foi, principalmente, devido a predominância de alunos protestante na turma. Com o passar das oficinas eles puderam mudar suas concepções sobre a importância da diversidade. Um aluno nos diz “que todos entendessem que não há diferença um dos outros“, ou outra “eu passei a respeitar as pessoas como elas são” e “que os direitos humanos e uma boa lei”

A cada ciclo a equipe junto ao olhar dos oficinairos, responsáveis por ministrar as oficinas, nos perguntávamos que fatores poderiam promover a violência naquele ambiente escolar, tivemos como questões: intervalo ocioso, em que os alunos não desenvolviam atividades, e ficavam todos em um mesmo espaço. Os intervalos eram

supervisionados pelos coordenadores e estagiários. Existe o Projeto da Rádio, que deixa os alunos controlarem e escolherem as músicas que tocam nos intervalos.. Nesse quarto ciclo, ao decorrer das oficinas os alunos afirmam que “homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e deveres na sociedade. E homens não podem bater em suas companheiras”.

Em outras respostas de alunos do sétimo ano C vemos como os alunos assimilaram os conceitos trabalhados: “Homofobia é o preconceito contra aqueles que amam pessoas do mesmo sexo. E o preconceito contra pessoas que tem sentimentos, anseios, necessidades e esperanças como qualquer ser humano, não deve existir regras para o amor dele, deve seguir apenas o respeito e a liberdade.”.

Demonstrado nas respostas dos alunos consideramos que o projeto surtiu efeito enquanto reflexão do público alvo, principalmente os alunos, que reconstruíram ideias construídas anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do cotidiano do projeto, e aliado aos relatórios dos facilitadores, pudemos notar as percepções que eles tiveram do desenvolvimento dos alunos durante as oficinas, bem como o alcance dos objetivos. De maneira geral os facilitadores avaliam que as turmas, principalmente do matutino, mostraram-se abertas ao aprendizado e faziam correlações interessantes acerca do tema, não só absorveram o conteúdo como também materializar as relações de racismo, homofobia, machismo, etc, no cotidiano. A maioria das turmas mostrou envolvimento e participação, fazendo perguntas e citando exemplos, tendo algumas turmas de oitavo ano e quinto ano onde o envolvimento foi quase nenhum.

O objetivo maior do curso de incentivar a reflexão acerca dos papéis de gênero, da diversidade sexual e homofobia, as relações etnicorraciais e o racismo, etc. Este objetivo foi alcançado em partes e as maiores resistências apareciam nas discussões de Diversidade Sexual. A participação nas oficinas foi satisfatória, quando solicitados os alunos participavam das discussões e das dinâmicas, apesar de alguns momentos se dispersarem. Em algumas situações as turmas não mostraram respeito pelos (as) facilitadores e o alcance dos objetivos ficaram prejudicados nessas turmas. Mas a maioria das oficinas aconteceu normalmente, as opiniões e ideias expostas pelos alunos após as oficinas demonstram o alcance dos objetivos, pois esses alunos assumem a possibilidade da diversidade humana e de respeitá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000..
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pensar o Brasil para o Enfrentamento do Racismo, do Sexismo e da Lesbofobia – Relatório Final do Grupo de Trabalho para Fortalecimento das Ações de Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, Brasília:SPM/PR, 2010.
- Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2008*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos humanos, 2008. 76 p.
- TAVARESA, Celma. 7- *Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar*, p. 487-501. In_ *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*.

ANEXOS:

AValiação GERAL DO PROJETO ESCOLA PROMOTORA DOS DIREITOS HUMANOS

Avaliações das Oficinas			Avaliações dos Facilitadores			
Temática	Foi importante	Não foi importante	Facilitador	A apresentação foi fácil de entender	O tema contribuiu para seu entendimento	A oficina provocou mudanças/atitude em sua vida
Introdução Direito Humanos						
Diversidade e Equidade de Gênero						
Diversidade Sexual e Prevenção a Homofobia						
Relações Etnorraciais						
Diversidade Religiosa						
Atenção às Vitimas de Violência de Gênero e Domestica, Racial e Homofóbica						
Mediação de Conflito Familiares						

Que Bom que _____.

Seria Melhor que _____.

As temáticas abordadas provocaram mudanças na sua vida:

Sim() Não()

Quais?

_____.